



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA
NO DIA 31 DE MAIO DE 2002: -----**

----- Aos trinta e um dias do mês de Maio do ano de dois mil e dois, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão extraordinária, sob a presidência do Ex.mo. sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exm^o.s. Srs. Luis Filipe Cruz Barreto, primeiro secretário e Eng^o. Tony de Jesus Ventura, segundo secretário,. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exm^o.s. srs. Eng^o. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ramiro Távora Cruz Acena, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Ricardo Jorge da Mota Rocha Diniz, Prof. Luis Manuel de Jesus Lourenço, Prof^a. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Dr^a. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, Prof^a. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, João Luis dos Santos Marques de Pinho, António Aquiles Ribeiro Cainé, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Dr. Luis Manuel Neves Rocha e Mário de Jesus Manata. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças anteriormente referidas. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aditado pelo art.º 2.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Dr. Fernando de Jesus Regateiro e Eng^o. Carlos Manuel Brites Monteiro, tendo o primeiro apresentado justificação escrita da sua impossibilidade de comparência à sessão. -----

----- **TOMADA DE POSSE DO DEPUTADO SR. MANUEL FERREIRA INOCÊNCIO:**-----

----- Na sequência do pedido de renúncia de mandato apresentado pela deputada D. Paula Maria Santos, foi devidamente convocado o elemento seguinte da respectiva lista de candidatura, por parte do Partido



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Social Democrata, sr. Manuel Ferreira Inocêncio, o qual, perante o plenário, tomou posse, tendo prestado juramento legal. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto nº. 1 : “REVISÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DO ANO DE 2002”.** -----

----- O sr. deputado Dr. José Balugas usou da palavra para sugerir que o sr. Presidente da Câmara fizesse apresentação do ponto em análise e, posteriormente, far-se-ia a discussão do assunto, a qual poderia ser feita em conjunto, isto é, os dois pontos da ordem de trabalhos em simultâneo, uma vez que um ponto levava ao outro. No tocante à votação, opinou que a mesma fosse feita separadamente. -----

----- O sr. Presidente da Câmara começou por dizer que, realmente, os dois pontos da ordem de trabalhos estavam directamente ligados e que bem poderiam ser discutidos em conjunto, mas que a votação deveria, como disse o sr. deputado Dr. José Balugas, ser feita ponto por ponto. Disse também que, como era do conhecimento geral, as autarquias estavam a passar por uma situação bastante difícil, porquanto não iriam ter, a partir do dia 1 de Junho, grandes facilidades de recurso a crédito; que, a situação financeira herdada pelo actual Executivo, era uma situação deveras difícil que era necessário ultrapassar, desde logo com o recurso a empréstimo para saneamento financeiro; que, no entanto, a Câmara não estava disposta a pagar apenas as dívidas do anterior Executivo, antes tinha que pensar no futuro e por isso pretendia também recorrer a crédito bancário destinado a investimento; que, achavam que existiam algumas infra-estruturas essenciais como, por exemplo, um parque desportivo que pudesse trazer ao concelho os mais diversos desportos, desde o futebol, o basquetebol, o ténis, o tiro, etc. mas para que o mesmo fosse uma realidade, necessário se tornava que a Câmara dispusesse de verbas e as receitas da Câmara não eram de todo suficientes. Por outro lado, disse, havia necessidade de dar continuidade às infra-estruturas dos Prazos Velhos, na Praia de Mira, na sequência de estudo já feito pelo Gabinete Técnico Local, proveniente do anterior Executivo e que iria modificar a imagem da Praia de Mira, a qual disse que deveria ser o espelho do concelho de Mira. Falou, também, da necessidade de um novo edifício para os serviços da Câmara Municipal, porquanto o actual não tinha condições de funcionalidade, bem como de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

uma extensão do Centro de Saúde, na localidade do Seixo e ainda da empreitada da obra da Variante a Mira – 2ª. fase.; que, estava um pouco céptico no tocante à aprovação do empréstimo, por parte do Tribunal de Contas, no entanto era uma tentativa que a Câmara Municipal fazia, no sentido de conseguir verbas para os investimentos a que se propunha; que, tudo aquilo que falou, estava contido no estudo económico sumário e colocou-se à disposição do plenário para esclarecimento de eventuais dúvidas. -----

----- Aberto o período de inscrições, usou da palavra a srª. deputada Profª. Elzita Seixas que perguntou, a propósito da Revisão do Plano de Actividades e Orçamento, onde é que se iria localizar o novo edifício da Câmara Municipal, a localização do novo parque desportivo e de que consta e ainda qual a finalidade de aquisição de terrenos nos Prazos Velhos, na Praia de Mira. Mais quis saber se, para os investimentos propostos, já existiam os respectivos projectos.-----

----- O deputado sr. Ricardo Diniz, interveio para questionar relativamente ao passivo do Executivo anterior, tendo perguntado ao sr. Presidente da Câmara qual era a diferença entre a palavra “investimento” e as palavras “dívida” ou “passivo”, uma vez que, disse, quando se falava em obras do PSD, se falava em investimento e quando se falava em obras ou deliberações do antigo Executivo, falava-se em dívidas e de passivo; que, quanto ao endividamento, uma Câmara que estava tão endividada e, ao fim e ao cabo, com um passivo tão grande, deveria contrair mais um empréstimo e aumentar ainda mais o passivo? Seria assim tão importante a construção de uma Câmara nova com outras obras tão importantes, como era o caso do saneamento, ainda por fazer? Que, tudo era uma questão de gestão. Quanto ao parque desportivo disse que, pessoalmente, concordava, mas que havia também que apostar na formação e que, quanto à taxa de juro, os futuros executivos, fossem eles de que cor política fossem, poderiam ser onerados de forma complicada, face à cláusula contratual do empréstimo que refere que “ *Se no final dos 5 primeiros anos de vida do empréstimo não existir acordo de Taxa de Juro, ou não for concretizada a cedência de posição contratual para OIC, o Mutuário é obrigado a reembolsar de imediato o empréstimo*”.-----

----- O sr. Presidente da Câmara, esclareceu que tudo estava bem explícito no estudo económico sumário sobre o recurso a crédito; que, qualquer câmara para fazer obra necessitava de dinheiro; que, existiam obras feitas mas era ela que tinha agora que arranjar dinheiro para as pagar; que, todos os dias chegavam



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

à Câmara pessoas a pedir dinheiro, por empreitadas ou fornecimentos que tinham realizado e que a Câmara Municipal lhes estava a dever; que, o concelho não podia parar, a menos que quisessem que fossem desviados os ordenados dos funcionários para pagar aos credores. Relativamente à localização do parque desportivo, disse que existiam 2 ou 3 locais onde a sua implantação era possível; que, concerteza, os senhores deputados tinham lido uma entrevista dada por um dirigente local, há cerca de um mês, apontando para um local; que, outro local possível, seria numa zona mais abrangente, na zona do campo de treino de cães, na Lagoa. Quanto aos terrenos dos Prazos Velhos, prendiam-se com as necessidade de execução de infra-estruturas naquela zona, decorrentes de estudo efectuado pelo Gabinete Técnico Local, por forma a que os respectivos proprietários não ficassem prejudicados, em termos de investimento, em termos do valor que os próprios prazos possam ter. No que diz respeito à localização da Câmara Municipal, informou que se previa que viesse a ser feito no local dos actuais armazéns, mas que poderiam surgir outros locais. Sobre a intervenção do sr. deputado Rocha Diniz, disse que a situação herdada pela Autarquia era, financeiramente, bastante grave, por isso se solicitava à Assembleia que se pronunciasse em termos do empréstimo e o aprovasse. Sobre a não inclusão da execução do saneamento para os locais do concelho dele carecidos, informou que o mesmo poderia ser contemplado com juros bonificados e por isso não constava no empréstimo; que, não existia nenhum estudo feito, embora se estivesse já a fazer o levantamento; que, o saneamento, tinha sido sempre uma “bandeira” sua e que pretendia alargá-lo à maior parte do concelho, aproveitando o III QCA. Relativamente à taxa de juro, disse que o spread poderia parecer alto mas não era e que tinha tido oportunidade de conversar com pessoas ligadas a instituições bancárias e lhe foi confirmado que a referida taxa não era tão elevada assim como poderia, à primeira vista, parecer. Quanto à cláusula dos 5 anos, explicou que existia a possibilidade da Câmara Municipal, ao fim desse tempo renegociar com outra instituição de crédito, o que significava que, após resolução da actual conjuntura a nível de Autarquias, poderia ser renegociado o empréstimo, com outras condições. Disse que, a posição tomada pela Câmara não tinha nada a ver com política, antes pelo contrário, era adverso às normas do Governo, mas não havia outra solução, ou então a Autarquia teria que parar, porquanto não tinha receitas suficientes, nem sequer as provenientes do campo de golfe, tanto mais que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

apenas existia a desafecção do terreno do regime florestal e nada mais; que o ex-ministro Eng.º José Sócrates nada tinha prometido; que, já por diversas vezes tinha tentado o contacto com Secretário de Estado para tentar resolver a situação e nada tinha conseguido; que, provavelmente o defeito não tinha sido do anterior Executivo mas antes dos próprios organismos públicos, dos próprios ministros e secretários de Estado que acham que o país é só Lisboa e o resto são pequenos cantinhos que pouco interessam, ou interessam na altura em que há eleições e em que precisam do voto das populações para serem eleitos. -----

----- Neste momento da sessão, verificou-se alguma confusão de ideias, no sentido de que alguns deputados defendiam que se apreciassem os pontos da ordem de trabalhos em conjunto e outros que fossem apreciados em separado, designadamente o deputado Dr. Luis Rocha que foi defensor de que os dois pontos da ordem de trabalhos deveriam ser discutidos autonomamente e, do mesmo modo, votados. O sr. deputado Dr. José Balugas disse que, em seu entender, os dois pontos eram indissociáveis, tendo o sr. Presidente da Câmara clarificado que, na verdade, existia uma interligação entre os dois pontos da ordem de trabalhos; que, a explicação mais simples era que não estava na Câmara apenas para pagar dívidas, mas também para fazer obras; que, se pagar aos credores, fica sujeito a uma taxa de juro de 6.25, no mínimo, podendo ser superior e se pedir o empréstimo sujeita-se ao pagamento de uma taxa de 6.270 ou arredondada, dependendo da taxa Euribor; que, não devia ser dificultado o que era simples de tratar, todavia, as pessoas eram livres de discutir e, politicamente, apresentarem declarações de voto e questionarem mas não deviam dificultar o que era fácil; que, o que mais importava era que o assunto fosse aprovado e que as discussões eram suplementares, embora todos tivessem direito a fazê-lo, mas com o mínimo de polémica possível. -----

----- O deputado sr. Dr. José Balugas, interveio para confessar que, antes de vir para a reunião, tinha pensado algumas vezes em não participar dos trabalhos, porquanto, disse, em todos aqueles anos, não tinha memória de uma sessão em que os pontos a tratar fossem tão delicados como os da presente sessão e daí, cada um ficar a dever a si próprio alguma seriedade na sua discussão; que, as opiniões manifestadas por cada um não eram meras opiniões, antes contribuía para o esclarecimento de tudo o que era



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

decidido; que, quando os órgãos executivos eram eleitos, era para resolverem os problemas dos munícipes e acreditava que a intenção do sr. Presidente era, de facto, resolver o problema das pessoas; que, no entanto, estranhava algumas tomadas de posição, nomeadamente, no que dizia respeito ao empréstimo porque o Executivo Camarário, talvez fazendo eco das directrizes do Poder Central, dava a entender que estava tudo na banca rota e que o País estava num caos completo e a Câmara de Mira não era excepção; que, no entanto, estava a decorrer uma auditoria, da qual se desconheciam os resultados; que, tinha sido feita uma crítica, pelo seu colega de bancada no sentido de que, no que toca ao Executivo anterior se viam as coisas como uma despesa e no que diz respeito ao actual se falava em termos de investimento; que, a própria Ministra Dr^a. Manuela Ferreira Leite falava em contenção de despesas e aconselhava as Câmaras Municipais a “apertarem o cinto” e não entendia a proposta da Câmara; que, gostaria de dizer ao sr. Presidente que ele tinha o direito de sanear financeiramente as contas da Autarquia e também a investir mas que, o que estava ali a ser solicitado era, possivelmente, a hipoteca da Câmara a médio prazo, porque quem vier a seguir não irá ter poder de manobra, de jeito nenhum; que, se já agora, com a dívida que o sr. Presidente dizia ter herdado, não lhe restava margem para manobra, facilmente se poderia imaginar como seria a seguir; que, estava a ser pedido à Assembleia Municipal que fosse autorizado um empréstimo sem que, antes, existissem já os projectos para os investimentos que se pretendiam levar a efeito, como seja o estádio municipal ou o novo edifício da Câmara e que mais tarde, quando sr. Presidente fosse questionado pelos munícipes sobre quem permitiu tal situação, certamente lhes iria dizer que foram os deputados da Assembleia Municipal quando deram o seu aval à proposta para contracção de empréstimo e, por isso, teria feito melhor em não ter vindo à sessão e, assim, “sacudia a água do seu capote”. O sr. deputado continuou com a sua intervenção, dizendo que acreditava que o sr. Presidente da Câmara tinha negociado as melhores condições para o empréstimo mas que a cláusula relativa aos cinco anos deixava algumas dúvidas. Por outro lado, disse que haveria ainda a possibilidade de recurso a outras fontes de receita, nomeadamente, aos terrenos do Miroásis, aos terrenos de habitação a preços controlados, aos terrenos do golfe, às candidaturas aos fundos comunitários, à construção da 2^a. fase da variante que, disse, pode proporcionar uma receita de 600 mil contos se for apresentado o devido projecto -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O deputado sr. Narciso Patrão, interveio para dizer, em primeiro lugar que, tudo aquilo que ali por si fosse proferido teria um fim político e não pessoal contra ninguém. Disse também que, sempre que existisse alguma dificuldade e a Assembleia Municipal pudesse ajudar, estava convicto de que a sua bancada estava pronta a ajudar e a aliar-se ao sr. Presidente da Câmara, sempre que daí resultassem benefícios para o concelho. Todavia, não contasse o sr. Presidente com uma assinatura em branco, desde que alguma dúvida houvesse. Disse que a proposta para execução de um novo edifício da Câmara e também as outras obras propostas, sem primeiro se fazer o saneamento financeiro, iriam, com toda a certeza, agravar a situação da Câmara; que, concordava com o que tinha dito o sr. deputado Dr. José Balugas, porquanto também entendia que existia possibilidade de recurso a outras fontes de receita, sendo para isso necessário fazer projectos, apresentar candidaturas e tentar conseguir fundos comunitários para bem do desenvolvimento do concelho. -----

----- O deputado sr. Pedro Nunes usou da palavra para lembrar que, atento o Plano de Actividades, as grandes verbas que resultariam do empréstimo, se este tivesse a aprovação da Assembleia, estavam previstas em “anos seguintes”, o que fazia pressupor que estavam dependentes da referida aprovação do empréstimo; que, o Executivo anterior, quando lançou empreitadas de largos, piscinas, estátuas, etc., porventura não teria consciência do endividamento que daí ocorreria; que, se agora estava a ser colocada em causa a construção de um novo edifício para a Câmara Municipal, tendo em conta as condições do existente, ou mesmo as restantes obras que estavam planeadas, deveria também ter sido posta em causa a colocação de placas em largos, as estátuas que ninguém sabia muito bem quanto tinham custado, etc. ; que, o que de facto o Executivo não tinha tido coragem foi de, em Dezembro de 2000, assumir em pleno, a dívida que já tinha a seu encargo; que, naquela data, quando tinha sido apresentado à Assembleia Municipal um pedido de empréstimo de 300 mil contos, com mais uma engenharia financeira com a inclusão da dívida à firma “Ramos Catarino”, que deveria ter sido incluída nesse pedido de empréstimo, o Executivo tinha reconhecido a dívida e pedido autorização para um empréstimo de 500 ou 600 mil e não 300 mil e os fornecedores não estavam, ainda agora, a bater à porta da Câmara a pedir dinheiro; que, assim, teria sido melhor e ninguém tinha feito oposição, até porque tinham votado favoravelmente o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pedido de empréstimo porque estavam conscientes de que se devia aos fornecedores e estes tinham os seus encargos e compromissos com trabalhadores, etc. e não podiam esperar pelo pagamento, para além de que a Câmara tinha que defender o seu bom nome de entidade bem pagadora; que, ao invés disso, tinha sido realizado um contrato de factoring, o qual acarretava custos acrescidos para a Câmara Municipal e era nessa altura que a Câmara deveria ter assumido a dívida e solicitado autorização para empréstimo de montante mais elevado; que, agora, não devia ser posta em causa a ambição do Executivo em sanear as dívidas existentes, porque os fornecedores esperavam ansiosamente os seus pagamentos para poderem pagar os salários dos seus empregados e equilibrar as suas contas. -----

----- O deputado sr. Narciso Patrão António, solicitou o direito de resposta para dizer que era lavar num erro querer colmatar as asneiras do Executivo anterior com outras asneiras. Por outro lado, o que se pretendia era sanear as finanças da Câmara e para isso deviam ser feitos os possíveis, mas não era necessário estar a construir-se uma câmara nova sem que, primeiro, se pagasse a quem se devia; que, se o Executivo assumia as obras feitas e as ia utilizar, também devia assumir o seu pagamento; que, ele próprio, daquilo que herdou dos seus progenitores, se alguma dívida existisse tinha o dever de a pagar, assim também a Câmara devia proceder do mesmo modo; no entanto, não tinha sido, concerteza, para isso, que a Assembleia tinha sido convocada; que, se a Câmara tinha necessidade de fazer o saneamento financeiro, estava de acordo, mas que não lhe dissessem que era para fazer uma câmara nova ou um parque desportivo, porque assim, estava a agravar-se a situação, fazendo mais dívida, sem pagar a que já existia. -----

----- O sr. Presidente da Mesa interveio para esclarecer que o direito de resposta existia para ser utilizado no sentido de se poder acrescentar algo às intervenções proferidas até ao momento e não no sentido de se entrar em diálogo. -----

----- Dada a palavra à deputada D. Maria Arminda Calisto, esta disse que tudo tinha um princípio, um meio e um fim e o princípio da sessão era o primeiro ponto “1ª. Revisão do Plano de Actividades e Orçamento do ano de 2002” e que era por ali que se começava, era aquele ponto que se discutia e se votava; que, se aquele ponto fosse votado negativamente, já não valia a pena discutir o segundo e se fosse



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

votado afirmativamente, então sim, se passava para o ponto dois, mas que primeiro se começava pelo ponto n.º 1.-----

----- O deputado sr. João Pinho perguntou se o Executivo tinha tomado em linha de conta o ónus que seria para as gerações vindouras, para os próximos executivos, o empréstimo que se pretendia contrair, uma vez que se se queixavam tanto das dívidas que herdaram, também deveriam pensar um pouco nas dívidas que, porventura, irão deixar a quem lhes suceder. Depois, quis saber, relativamente ao relatório apresentado para recurso a crédito pela Autarquia para saneamento financeiro, como se tinha chegado a uma taxa de crescimento de 10% para os anos de 2003, 2004 e 2005.-----

----- Seguidamente, passou-se à votação do ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, fazendo-se a mesma separadamente, pelo que, no que diz respeito à 1ª. Revisão do Plano de Actividades do ano de 2002, obteve-se o seguinte resultado: votos a favor: 14, do Partido Social Democrata; votos contra: 9, do Partido Socialista. Não se verificaram abstenções, pelo que o assunto foi **aprovado por maioria**. Quanto à 1ª. Revisão do Orçamento para 2002, verificou-se o mesmo resultado: votos a favor: 14, do Partido Social Democrata; votos contra: 9, do Partido Socialista. Também aqui não se verificaram abstenções, tendo, por conseguinte, o assunto sido **aprovado por maioria**.-----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** A bancada do Partido Socialista, pela voz do sr. deputado Dr. José Balugas, declarou ter votado contra porque entendia que existiam obras naquele Plano de Actividades que não tinham sido previamente sujeitas a um plano e a um projecto concreto e ainda por considerarem que as mesmas não eram prioritárias. O sr. deputado Eng.º. Virgílio Cravo Roxo declarou que a Câmara Municipal de Mira, ambicionava fazer obra e deixar obra feita e não só limitar-se a pagar dívidas e, nesse sentido, necessitava de arranjar verbas para iniciar processos, projectos, etc., porque não tinha dinheiro para nada. Nesse sentido, disse, era contrário à declaração de voto apresentada pelo PS.-----

----- **Ponto n.º 2 : “AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO” . -**

----- Interveio o deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que discordava das afirmações dos senhores deputados do PS e que as mesmas eram bastante contraditórias. Assim, foi alegada a diferença entre passivo e investimento, sendo que passivo era uma obrigação ou um dever de algo que se realizou



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

no passado e investimento era algo que se pretendia projectar no futuro; que, o passivo, poderia ser o resultado de alguns investimentos que se fizeram no passado, mas era um passivo, uma obrigação; que, não seria negligente avançar-se com projectos, sem ter as fontes de financiamento previamente acauteladas? que, não teria sido negligência aprovar-se, em 16 de Dezembro de 2000, um financiamento de 300 mil contos, quando tinha alguém alertado que o valor era manifestamente irrisório para fazer face às dívidas e aos compromissos assumidos pela Câmara? que, não seria igualmente negligência não ter, de uma forma atempada, um controle exaustivo sobre os custos? que, todos estavam ansiosos por saber o resultado da auditoria mas ele se questionava se isso não estaria também dependente da falta de verba para pagamento desses serviços; que, se falava noutras fontes de financiamento e projectos e ele perguntava se os projectos existiam; que, se falava, também, no financiamento com terrenos do Miroásis e perguntou para onde tinha ido todo o dinheiro proveniente da venda desses terrenos ao longo dos anos; que, se falava em fundos comunitários mas, para se chegar até estes, tinham que existir projectos e para existirem projectos tinha que haver dinheiro; que, todos os dias chegavam à Câmara pessoas a reclamar dívidas de obras não planeadas, algumas delas sem visto do Tribunal de Contas, nem financiamentos aprovados; que, havia dois pedidos de recurso a crédito, perfeitamente distintos: um deles, numa perspectiva economicista, permitiria recuperar, de imediato, uma taxa de cerca de 1,2%, tendo em conta a actual taxa da Euribor, o que, num montante elevado, já representava alguma economia; que, não era muito correcto a Câmara de Mira ter constantemente os credores a baterem à porta, era a imagem de Mira que estava em causa e, no fundo, era também uma questão de justiça social, no tocante a algumas empresas em estado de falência técnica, por incumprimento de pagamentos por parte da Câmara Municipal de Mira. A finalizar disse que, no tocante à actual conjuntura, a Câmara, de uma forma antecipada, tentou garantir algum financiamento, antes da entrada em vigor do orçamento rectificativo que poderá ser bastante castrador em termos de finanças locais e a Câmara poderá ficar manietada da possibilidade de execução de algumas das obras que julga importantes. Sobre a prioridade de fazer essas obras ou não, disse que era discutível, assim como era discutível o facto de ter sido feita uma piscina municipal sem antes se ter feito o saneamento e que o que estava ali a ser proposto era a liquidação das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dívidas existentes e que, pura e simplesmente, se fizesse a gestão corrente da Câmara, ficando esta manietada para poder concorrer a fundos estruturais importantes. -----

----- Interveio o sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo para contrapor as afirmações do sr. deputado Dr. José Balugas, dizendo que para a Câmara Municipal recorrer a outras fontes de financiamento era necessário ter algumas verbas, porquanto os financiamentos não eram a 100% e a Câmara tinha sempre que ter alguma margem e se a não tivesse, iria endividar-se, tal como tinha acontecido no mandato anterior e que ele próprio, enquanto vereador, por várias vezes tinha alertado o executivo de que para avançar com as obras financiadas não o deveriam fazer sem que, em primeiro lugar, estivesse assegurada a parte que lhe cabia suportar e era nesse sentido que a Câmara se propunha recorrer ao crédito bancário. -

----- Usando o direito de resposta, o sr. deputado Dr. José Balugas, disse que, ao contrário do que tinha afirmado o deputado Dr. Juan António, não tinha sido ele quem se tinha contradito mas antes o próprio deputado Dr. Juan António, porquanto ele tinha começado por dizer que se desconhecia o montante da dívida e que nem sequer se sabia se existia dinheiro para pagar à auditoria. Por tal razão, não se deviam meter em aventuras e que negligência maior que errar era querer colmatar um erro com outro erro. A final, felicitou-se por a Câmara ter ainda grande capacidade de endividamento porque, caso contrário, ninguém lhe concedia um empréstimo tão avultado. -----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou da palavra para dizer que não entendia como é que era possível ver-se endividamento para o futuro, quando não se via toda uma gestão que deixou um milhão e meio de contos de dívida, de uma forma irresponsável; que, gestão, era criar receitas para cobrir despesas e ao entrar-se em despesas súbitas umas em cima das outras, de um milhão e tal de contos, isso não comprometeu o futuro de ninguém, antes comprometeu o presente deste Executivo, que vai ter que pagar, todos os anos, milhares de contos da dívida do anterior; que, toda a gente achava uma maravilha as obras que tinham sido feitas, no entanto, este deveria ser o único concelho onde não existia saneamento básico capaz; que, se tinha optado por obras nitidamente de fachada, algumas delas presentemente ao abandono e que agora existia a obrigação moral de as preservar e conservar a obra feita, porque ali estavam dinheiros públicos, até para ficar como memória de como se tinham gasto esses mesmos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dinheiros, uma parte proveniente da venda de terrenos no Miroásis onde se tinham feito milhões de contos e agora, como virgens intocáveis, diziam que se estava a hipotecar o futuro da Câmara quando o Executivo actual já era obrigado a pagar despesas que não tinha feito. -----

----- O sr. deputado Dr. José Balugas disse que a função de quem estava no lugar que o Presidente da Mesa ocupava não era propriamente aquela que tinham acabado de ouvir; que o Presidente da Mesa da Assembleia devia gerir a Assembleia e as suas sensibilidades e não dizer aos deputados aquilo que deve ser dito ou não. O Dr. Gabriel da Frada retorquiu que não tinha ofendido ninguém nem tão pouco dito aquilo que cada um deveria dizer, apenas se sentia chocado com o facto de não verem o que tinha sido feito e que, como deputado, podia intervir, em pleno direito, igual aos demais; que, uma coisa era conduzir os trabalhos e outra era intervir politicamente e que esse direito ninguém lhe retirava por ser Presidente da Mesa. -----

----- O 2º Secretário da Mesa, Engº. Tony Ventura interveio para dizer que quando se estava em choque, se tomavam medidas de choque; que, um estado de choque não era só encontrar dívidas era também não encontrar projectos para continuar e que tudo se tinha que começar do princípio; que, as obras que o Executivo pretendia executar custavam dinheiro; que, para apresentar candidaturas aos fundos comunitários, era preciso ter projectos, porque ninguém faria uma assinatura em branco; que, também os deputados não faziam uma assinatura em branco aprovando o financiamento proposto, nem os fundos comunitários o farão sem ter um projecto que não existe; que, outra coisa que não conseguia perceber era porque é que todos estavam de acordo em aprovar um financiamento para sanear as dívidas e não era dada a oportunidade à actual Câmara se fazer aquilo que os munícipes necessitavam, que era o saneamento básico, umas boas instalações da Câmara Municipal que estava cheia de barreiras arquitectónicas e que, para tudo isso, era necessário projectos. Por último disse que todos estavam ali para velar pelo bem-estar dos munícipes e que era uma questão de sobrevivência política da parte do PS votar favoravelmente os dois financiamentos propostos. -----

----- O deputado Dr. Luis Rocha disse que os dois empréstimos tinham sido apresentados em devido tempo à Assembleia e sobre eles se deveria reflectir com atenção; que, todos tinham bem claro que se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tratava de empréstimos bem distintos, um para saneamento financeiro e outro para investimento; que, já ali tinha sido dito que o futuro da Câmara ficava comprometido nos próximos 20 anos, que era uma atitude negligente mas teriam que lembrar também que o montante dos dois empréstimos era exactamente o mesmo montante da dívida deixada pelo Executivo anterior; que o assunto merecia uma aprofundada reflexão e que todos tinham consciência de que a Câmara Municipal de Mira vivia uma situação financeira muito difícil, a imagem externa da Câmara para com os fornecedores era péssima; que, a Câmara estava a ter encargos muito superiores àqueles que irá ter com os empréstimos, porque os juros de mora e o factoring têm custos financeiros, em termos de taxa de juro, superior aos dos empréstimos; que o empréstimo não era feito por qualquer retaliação pessoal ou política, mas antes com objectivos muito claros de, por um lado, sanear as contas do Município e, por outro lado, dar algumas condições para investimento futuro. A finalizar, disse que era obrigação da Assembleia Municipal dar possibilidade à Câmara, não só de equilibrar as suas contas, mas também fazer investimentos no futuro e depois exigir à Câmara, aí sim, o rigor, a eficiência, a boa aplicação dos dinheiros e dos meios que lhe são dados. -----

----- A deputada D. Maria Arminda interveio para dizer que qualquer um dos elementos presentes naquela sala, excepto os senhores Presidente da Câmara e Vereadores, bem como a funcionária responsável pelas actas, eram vogais da Assembleia Municipal e, nessa qualidade, exceptuando os elementos da Mesa, que eram igualmente deputados como os demais e exerciam as funções de presidente e secretários, tinham todo o direito de intervir; que, o sr. Presidente da Mesa, tinha também a função de moderador e, em caso de empate das votações, tinha ainda direito a exercer o voto de qualidade. Assim, tinham o mesmo direito de falar, tal qual os restantes membros e que, sendo o sr. Presidente moderador, tinha a obrigação de falar calmamente, mas que, por vezes, os ânimos se exaltavam e a pessoa fervia. Ainda assim, disse que sr. Presidente da Mesa tinha falado muito bem e lhe dava os parabéns por isso. ----

----- Inscrito para falar, interveio o deputado Prof. Luis Lourenço para referir que as suas palavras talvez não fossem totalmente plenas de oportunidade, quiçá uma repetição do que o deputado Dr. Luis Rocha tinha já frisado, todavia não queria deixar de dizer que caracterizava a questão em apreço de honra e progresso: honra porque o bom nome do concelho devia estar acima de tudo, bem como o dos municípios,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

das gentes de Mira, que não podia ser degradado de qualquer forma e progresso porque havia necessidade de se fazer investimento e, sem dinheiro, não seria possível. Disse ainda que, comprometer o futuro seria não fazer esse investimento, que não devia ser esquecido que o III Quadro Comunitário acabava em 2006 e que apoiava inteiramente o Executivo e, tão só, pedia rigor e transparência suficientes para que o bom nome de todos não seja mais colocado em questão.-----

----- Uma vez mais, usou da palavra o sr. deputado Dr. José Balugas para dizer que tinha ainda muito que aprender e que todos os dias fazia por isso e naquele dia, tinha também já aprendido mais alguma coisa de novo; que, a ele, nunca o iriam ver ali com crispações com ninguém; que, o que ali defenderá sempre, serão as ideias, serão tomadas de posição e nunca um ataque pessoal a quem quer que seja e solicitou que o sr. Presidente da Mesa fizesse um intervalo naquela momento. -----

----- Assim, verificou-se um intervalo, cerca das 22:50 horas. Ainda antes disso, o sr. Presidente da Mesa, Dr. Gabriel da Frada, fez uma intervenção no sentido de dizer que, se fosse ele o Presidente da Câmara, das obras que estavam projectadas, a primeira que fazia era um novo edifício dos Paços do Concelho, uma vez que o existente, onde trabalhavam mais de centena e meia de pessoas, muitas delas em condições degradantes, não tinha, de facto, o mínimo de condições físicas; que, se tinham respeito por si próprios, deviam igualmente ter respeito pelos outros que consigo trabalhavam e o edifício não tinha o mínimo de condições para que pudesse haver o mínimo de rentabilidade e, no fim, os funcionários eram rotulados de incompetentes, preguiçosos, etc. porque as condições físicas condicionavam a produtividade das pessoas e o seu bem-estar. Deu como exemplo as condições em que estava a trabalhar a Bibliotecária, assim como outros funcionários instalados em sótãos e sítios análogos, sem o mínimo de dignidade; que, se se queria dar condições de trabalho às pessoas e ter pessoal ao serviço com alguma qualidade, satisfeito e realizado, não podia ser descorado esse aspecto que, para além de humanamente ser exigível era de uma importância vital; que, inviabilizar um projecto de execução de um edifício com condições para as pessoas trabalharem, era não estar a dar importância às pessoas que ali trabalhavam. -----

----- Cerca das 23:05 horas, foram retomados os trabalhos, com a intervenção do deputado sr. Dr. José Balugas para referir que, da discussão do assunto, não tinha sido dada resposta à intervenção do seu



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

colega de bancada, como também não tinha sido dado o direito de resposta. O sr. Presidente da Mesa disse que, quanto ao direito de resposta, estava assegurado e a resposta ao deputado do PS seria dada pelo sr. Presidente da Câmara. O sr. deputado Ricardo Diniz disse prescindir do seu direito de resposta, porquanto o mesmo tinha perdido actualidade, no entanto gostava de ver respondidas as questões formuladas pelo seu colega. O sr. Presidente da Câmara disse que, antes do intervalo, tinha ficado decidido que, retomados os trabalhos, se seguiria a votação do ponto em análise, pelo que era seu entendimento que não deveriam ser dadas mais respostas, ou então a discussão prolongar-se-ia pela noite dentro e a sessão não chegaria mais ao fim. -----

----- Procedeu-se, de seguida à votação do ponto nº. 2 da ordem de trabalhos, tendo-se optado por fazer duas votações, em separado, designadamente para autorização para contracção de empréstimo para saneamento financeiro e a outra para empréstimo destinado a investimento. Obtiveram-se, então, os seguintes resultados: no tocante à primeira, votaram a favor os deputados do PSD, abstiveram-se os deputados do PS e não se verificaram abstenções. No que diz respeito à segunda, votaram a favor os deputados do PSD e votaram contra os deputados do PS, não tendo, igualmente, havido abstenções, pelo que o assunto foi **aprovado por maioria.** -----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

----- Relativamente à proposta para contracção de empréstimo para saneamento financeiro da Autarquia, a bancada do PS, na pessoa do deputado Dr. José Balugas, declarou que se tinha abtido da proposta apresentada, uma vez que considerava o montante solicitado muito elevado e que, poderia até aprovar se o montante fosse inferior, uma vez que concordava, em parte, que a Câmara Municipal deveria sanear financeiramente as suas contas, mas discordava do montante proposto. Também o Partido Social Democrata, pela voz do deputado Dr. Luis Rocha, declarou que tinha votado favoravelmente o empréstimo para saneamento financeiro, por considerar ser vital para a Câmara Municipal poder honrar os compromissos assumidos pelo anterior Executivo e restabelecer a boa imagem do Município de Mira. Quanto à segunda votação, referente a autorização para contracção de empréstimo para investimento, verificaram-se as seguintes declaração de voto: pela bancada do PS: "*Face à proposta apresentada pelo*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

executivo de contrair um empréstimo bancário no montante de 4.489.200 € e considerando que esta proposta irá hipotecar o desenvolvimento futuro do concelho; considerando que as obras em causa não são prioritárias para as populações; considerando que na área deste concelho há necessidade urgente de infra-estruturas como água, saneamento básico e vias de comunicação; considerando que, na nossa óptica, haveria outras fontes de receita, tais como, habitação a preços controlados, campo de golfe e candidaturas a fundos comunitários; considerando que o referido empréstimo enferma de falta de um estudo planificado e calculado e de projectos pré-definidos; os deputados da bancada do Partido Socialista declaram que discordam inteiramente e votam contra a referida proposta.” Pelo PSD: “A bancada do PSD vota favoravelmente o empréstimo para investimento, na convicção de que é decisivo para levar por diante obras e infra-estruturas que são absolutamente necessárias para Mira, na área do desporto, etc. e também por considerar que estavam salvaguardadas as condições de segurança, dado que é um empréstimo diferido no tempo que irá ser utilizado em função das necessidades específicas e do desenvolvimento e execução das obras em causa. Achamos que é obrigação desta Assembleia Municipal dar à Câmara Municipal os meios necessários para o desenvolvimento de Mira e exigir-lhe, depois disso, o rigor, a eficiência e a boa aplicação dos meios financeiros que lhe estamos a colocar ao dispor”. -----

----- Terminada a agenda da reunião, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foram dados por concluídos os trabalhos e, do mesmo passo, solicitada autorização para se proceder à assinatura, em minuta, da acta respectiva, a qual foi concedida por unanimidade.-----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

-----E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte e três horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

